

POR MORADIA NÃO TEMOS MEDO”:

Ocupação urbana no centro do Rio de Janeiro como ritual insurgente popular¹

ISABELA BAPTISTA MORAES ARRUDA DE OLIVEIRA - UFF/RJ
ocupação urbana; ritual insurgente; movimentos sociais.

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

RESUMO

Este artigo foi produzido a partir da monografia escrita no final de 2021 e defendida no início de 2022 como trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense. Este trabalho tem como objetivo analisar, a partir de uma etnografia engajada, a Ocupação Urbana Almirante João Cândido. Organizada pelo Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas a ocupação levou para um prédio centenário 150 famílias que reivindicavam “moradia digna” no Centro do Rio de Janeiro em junho de 2021. Analisado enquanto um *drama social*, no sentido definido por Victor Turner, debateremos aqui as etapas identificadas por Turner deste conceito e a percepção enquanto ritual insurgente popular. Por fim, falaremos sobre o processo de gentrificação que ocorre na mesma região a partir do Programa Reviver Centro, da Prefeitura do Rio de Janeiro, traçando os objetivos do projeto e os impactos do projeto.

Palavras-chave: ocupação urbana; drama social; movimentos sociais.

ABSTRACT

This article was produced from the monograph written in late 2021 and defended in early 2022 as a course conclusion work in Social Sciences at Universidade Federal Fluminense. This work aims to analyze, through an engaged ethnography, the Urban Occupation Almirante João Cândido. Organized by the Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas, the occupations took 150 families who demanded “decent housing” in downtown Rio de Janeiro to a centenary building, in June 2021. Analyzed as a *social drama*, in a sense defined by Victor Turner, we will discuss here the stages of this concept identified by Turner and the perception as a popular insurgent ritual. Finally, we will talk about the gentrification process that takes place in the same region from the Reviver Centro Program of the City Hall of Rio de Janeiro, outlining the project's objectives and the project's impacts.

keywords: urban occupation, social drama, social movements.

INTRODUÇÃO - O VÍRUS QUE SE ESPALHOU PELO BRASIL

No dia 23 de junho de 2021 saio de casa de casa e chego por volta das 22:30 no Sindicato. Me impressiono com o silêncio e por não ver muitas pessoas. Sigo por um corredor comprido que dá em um grande salão com longas portas de metal à esquerda. Para minha surpresa, dou de cara com uma centena de pessoas. O salão tem um pé direito bem alto e é de fato, amplo. As pessoas estavam sentadas em cadeiras azuis, de metal e plástico, com distância de cerca de 1,20m entre elas, todas viradas para esse púlpito. Algumas pessoas sentadas no chão, em pequenos grupos. Nesse espaço, até as crianças e bebês, que por vezes são mais agitados, estavam em silêncio.

Cerca de meia noite, todas as luzes foram apagadas. Eu mesma me esforço para descansar e divido espaço com um companheiro em um pequeno colchonete, mas a noite estava muito fria e eu estava muito agitada. Me levanto e sigo conversando, do lado de fora do salão. Às 2:30 da manhã as luzes foram acesas, para as orientações serem repassadas. Com a necessidade do extremo silêncio e velocidade, mas sem correria. Relembrou algumas reuniões, das quais não participei; foi mais de um ano de organização de uma Ocupação, onde o local era “segredo de Estado”. Além das tarefas que já tinham sido determinadas, como as das companheiras que ficariam na tarefa da alimentação. Eram maioria mulheres para creche e alimentação e no decorrer dos dias pude ir confirmando isso. Nesta centralização também foi lembrada a importância de seguir o que a coordenação orienta durante a ação de entrada: “Se vai para a esquerda, é para a esquerda. Se for para direita, é todos juntos.” Minha tarefa foi ajudar a carregar o peso de cestas básicas, botijão de gás, fogão industrial de duas bocas, etc, para o prédio. “Pegou, entrou, ficou”. Às 3 horas da manhã aconteceu a saída para o prédio a ser “ocupado”. A saída foi relativamente silenciosa, mas para a quantidade de pessoas andando e carregando suas sacolas, foi o mais silencioso possível. As pessoas caminhavam em direção à saída do sindicato e para os dois ônibus que já aguardavam. Eu fui no primeiro ônibus porque, no espaço onde ficavam as malas, estavam os tais pesos. Fui para o fundo do ônibus que estava com as luzes apagadas, para mais pessoas entrarem, ao mesmo tempo que ia pedindo para as pessoas fecharem as cortinas e continuarem em silêncio, o que não era tão difícil já que era de madrugada e as pessoas tinham acabado de acordar novamente. O ônibus estaciona numa avenida, em frente à Candelária. Meu coração estava tranquilo, mas pude perceber uma certa agitação ao redor. Desço rápido e já pego duas cestas básicas, uma em cada braço e as carrego por cerca de três ruas. Chegando próximo da porta que entraríamos, me agacho para apoiar o peso nas pernas, por isso consigo ver pouco o prédio. Mas pude ver quando as pessoas começam a entrar em direção ao centro do saguão principal. E dessa forma começa a Ocupação Kathlen Romeu, renomeada posteriormente como Ocupação Almirante João Cândido, na Rua da Alfândega, número 48, no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Minha monografia foi escrito no ano de 2021, após pelo menos um ano da pandemia de covid-19 que assolou o mundo inteiro de maneiras diversas. No Brasil, outro vírus se espalhou também tão rápido quanto o coronavírus. O vírus da pobreza, do desemprego, da fome e falta de moradia, até o momento sem contenção. Em busca da solução de quitar suas contas a classe trabalhadora encontrou não uma solução, mas uma ferramenta de luta e

pressão nos governos. Numa tentativa de dar conta da expressão “quem tem fome, tem pressa” se viu desde 2020, quando a pandemia irrompeu no Brasil e no mundo, uma onda de redes de solidariedade com entregas de cestas básicas, quentinhas e sopões feitas por diversas iniciativas e movimentos sociais. Mas nas ruas vemos cada vez mais pessoas em situação de rua e pedintes. O trabalho informal também aumentou, fruto do desemprego, como venda de doces e salgados industrializados, balas e amendoim. Nos sinais, portas de lojas e centros urbanos é comum passarmos por diversos desses trabalhadores. No Rio de Janeiro chegamos a taxa de 38,3% de desempregados², sendo o déficit de 49,5 mil empregos.³

Sem renda e sem emprego, conseqüentemente vêm a fome, e se transforma em uma notícia nacional. “Viralizou” nas redes sociais da internet imagens de pessoas em filas em lixões para vasculhar alimentos, filas por ossos de boi e porco para cozinhar.

Na área científica as pesquisas de campo na área das ciências sociais foram afetadas devido ao isolamento social que foi necessário para a contenção do coronavírus. A área científica precisou se reinventar nesse momento, se utilizando de diferentes técnicas e ferramentas para tentar conter a propagação do vírus e manter as pesquisas vivas.

Neste caso, esta pesquisa se trata de uma “etnografia engajada”. Numa resenha sobre o livro de Stuart Kirsch, *Engaged Anthropology*, Moreira (2019) destaca que esse “tipo de pesquisa em antropologia é que os antropólogos engajados certamente têm acesso aos seus interlocutores de forma diferenciada, pois suas contribuições aos projetos, casos e episódios permitem oportunidades de interação muito maior do que as métricas de pesquisa positivista.” (p. 420). A pesquisadora que aqui escreve por vezes trocou o caderno de campo pela vassoura e pelo balde. Por sua vez, durante as assembleias a caneta sob o caderno não parava fazendo com que a pergunta “o que é que você tanto escreve aí?” fosse algo recorrente. Neste trabalho, não há nenhuma tentativa de realizar o que Favret-Saada (1990) chama de “absurda separação entre o objeto e o pesquisador”. Me coloco como “afetada” pelo tema e pelo campo que, dessa forma, permitiu que pré-noções e conhecimentos sobre o campo se desfizessem e fossem (re)construídos graças à riqueza da comunicação humana que acontece de variadas formas (FAVRET-SAADA, *ibid*). E isso poderá ser comprovado ao longo da etnografia. Para esta pesquisa, onde a temática e o debate são sobre moradia e

2

(<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/01/rj-tem-a-pior-taxa-de-desemprego-da-regiao-sudeste.g.html>)

³ JANONE, Lucas. Número de empregos cresce pelo oitavo mês consecutivo aponta caged, Rio de Janeiro, 2021. Acesso em 14/01/2022

(<https://www.cnnbrasil.com.br/business/numero-de-empregos-no-rio-cresce-pelo-oitavo-mes-consecutivo-aponta-caged/>)

direitos básicos, seria imprescindível, a meu ver, que o trabalho de campo fosse presencial e que também o método fosse a etnografia engajada. Considerando estes pontos, o tema desta monografia surge pelo que acredito ser uma necessidade urgente de se pesquisar sobre a pobreza e buscar alternativas e formas de “pressão” para solucionar os problemas imediatos das pessoas e possibilitar a construção de uma sociedade mais justa. E também pela minha história, que me fez entender a necessidade e importância de ter um lugar para chamar de “seu”, um teto para viver.

Minha história com as lutas sociais começa antes do atual governo neoliberal de extrema direita do Presidente da República, Jair Bolsonaro. Em agosto de 2016 ingressei na Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes, e foi já construindo a Ocupação contra, na época, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 95, que se tornaria a Emenda Constitucional (EC) Nº 55, durante o governo “golpista” de Michel Temer. Entretanto, o foco desta monografia se volta para aquilo que para minha experiência enquanto cientista foi mais relevante, e enquanto militante, mais formador politicamente. Até porque de lá para cá foram cinco anos de experiências... Antes de apresentar o objeto deste trabalho, ainda gostaria de apresentar mais uma ocupação na qual participei.

No mês de abril de 2021 cerca de 200 pessoas na cidade de Campos dos Goytacazes, norte fluminense, fizeram manifestação com fechamento da BR 101 contra o despejo na Ocupação Novo Horizonte que possuía, até então, cerca de 1000 pessoas. Evento este que chamou à atenção de diversos movimentos sociais e partidos políticos da cidade, sensibilizando aqueles à esquerda. Os movimentos passam a apoiar ativamente, até um dado momento. Uma “ocupação espontânea” construída pelos próprios ocupantes trabalhadores e com apoio dos movimentos sociais. A partir da Ocupação Novo Horizonte, decide-se construir o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) pela primeira vez em Campos dos Goytacazes. Movimento⁴ nacional de luta por moradia, com diversas ocupações

⁴ De acordo com o próprio: “Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) é um movimento social nacional que luta pela reforma urbana e pelo direito humano de morar dignamente. Somos um movimento formado por milhares de famílias sem-teto de todo o país vítimas da ação predatória da especulação fundiária e imobiliária. Acreditamos que a reforma urbana é um meio, um instrumento; ela faz parte da luta maior da classe trabalhadora para construir uma sociedade diferente, com igualdade, dignidade e direitos para todos: a sociedade socialista. Para o MLB, a luta pela moradia é o motor principal da luta pela reforma urbana, pois através dela conseguimos mobilizar milhares de pessoas, pressionar os governos e chamar a atenção para os problemas enfrentados pelo povo pobre nas grandes cidades. Nesse sentido, tem importância fundamental a organização e realização das ocupações. A ocupação educa o povo para a necessidade de lutar organizado e desenvolve o espírito de trabalho coletivo. Ocupar é um ato de rebeldia, de confronto com a ordem estabelecida, de questionamento à sagrada propriedade privada capitalista. Logo, enquanto morar dignamente for um privilégio, ocupar é um dever!” (<https://www.mlbbrazil.org/quem-somos> acesso em: 03/02/22)

pelo mapa do Brasil, como em Belo Horizonte e Salvador, por exemplo.

Após estas contextualizações que julguei serem necessárias para o leitor ou leitora entender quem é a autora e a importância deste tema também para ela, apresentarei uma análise etnográfica da Ocupação Almirante João Cândido organizada pelo MLB no Centro da cidade do Rio de Janeiro na qual, no capítulo 2, você poderá entrar pelas portas, a conhecendo melhor e por dentro.

Sendo assim, no primeiro capítulo apresentarei o ponto de vista da pesquisadora de dentro de um prédio histórico na Rua da Alfândega, analisado à luz de Victor Turner (1972), principalmente do seu conceito de *drama social* e, também, a partir de uma etnografia engajada que objetivou analisar o “ritual insurgente”. Já no capítulo 3, de forma a contextualizar os processos de luta urbana pela moradia, analiso o Programa Reviver Centro do prefeito da cidade do Rio de Janeiro e o processo de gentrificação que o acompanha.

Para a construção do problema de pesquisa algumas leituras foram importante, sendo a principal o livro *Marcha Nacional dos Sem Terra: um estudo sobre a fabricação do social*, uma rica etnografia e análise de Christine Chaves Cavalcanti (2002); também o texto de Aiano Benfica e Matheus Almeida, *Ocupação urbana e despejo: entre o ritual popular e o Estatal* (2018) que inspiraram aqui neste trabalho o termo “ritual insurgente”, além de também recorrerem ao trabalho de Chaves como referência, quando concordam com ela quando diz que “os rituais podem ser utilizados como formas legítimas de manifestação do dissenso, tornando-se instrumentos de construção de novas legitimidades, âncoras de ordenamentos sociais alternativas.” (CHAVES, 2002, p.134 apud BENFICA E ALMEIDA).

CAPÍTULO 1- E TU TEM ONDE MORAR, POVO?

Não à toa dá a impressão que o prédio foi escolhido a dedo. É um prédio secular de sete andares e um terraço com uma vista privilegiada do Centro do Rio de Janeiro virada para a Igreja Nossa Senhora da Candelária. Com estilo arquitetônico único, por sua localização e seu porte grandioso, o prédio é estimado em 80.700 milhões de reais⁵. Em 2015 era a previsão de finalização das obras do que seria a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), que assumiram o local como sede em 2014.

O Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas assumiu a direção do local na noite

⁵ Disponível em: <<http://www.faperj.br/?id=2736.2.9>> Acesso em: 11/02/2022

do dia 23 de junho de 2021, quando encontramos o prédio fechado há anos. Com muita poeira, história e paredes sólidas sem cumprir sua função social⁶. O primeiro ambiente que encontramos ao passar pela primeira porta foi uma portaria em formato de corredor ligeiramente estreito, com o resquício de uma fachada de elevador, e com uma bancada de mármore. Seguindo, em poucos metros nos deparamos com o saguão principal: um espaço bem amplo, elegante, com quatro pilares grandes de material que assemelha o mármore, e com cinco portais fechados talhados nas paredes. Acima desses portais têm brasões cravados. Do outro lado do saguão tinha o brasão da Alemanha, queimado por um pequeno incêndio antigo e que deixou diversas paredes pretas. Este brasão tem os dizeres, pelo que pude anotar, de algo parecido com “*Dehtsches Peich*”, quando pesquisei o que significava, percebi que provavelmente anotei errado, pois era muito difícil de ler. Mas buscando palavras semelhantes, a tradução ficou como “Império Alemão”. Do lado direito do saguão ficavam grandiosas janelas. O teto do salão, cheio de detalhes, era muito grande, com um pé direito enorme. Então a circulação de ar era excelente, considerando que estamos vivendo a pandemia de COVID-19 e, no Brasil, o número de mortes já ultrapassava o meio milhão de pessoas (Fonte: G1).⁷

Os pobres do país encontram, dentre outras modalidades ou movimentos, duas ferramentas de luta: o Movimento de Luta nos Bairros e as ocupações. As famílias do MLB são compostas por uma grande quantidade de mulheres, pessoas negras, crianças e idosos. As pessoas que participaram da ocupação aqui tratada são algumas delas da Baixada Fluminense (RJ) e outras, naturais de outras regiões do país. A Ocupação contou também com o apoio de outros movimentos como a União da Juventude Rebelião (UJR), com jovens pobres e estudantes, o Movimento de Mulheres Olga Benário e o Movimento Negro Perifa Zumbi. Entretanto, neste texto os evoco como “famílias”. Pois esta é também a forma como o movimento se refere aos ocupantes e os organiza.

Geralmente, os núcleos do MLB são organizados por região de moradia que se reúnem para fazerem estudos e debates. O MLB possui uma Escola Nacional Eliana Silva que fornece um Caderno de Formação e cursos. Além disso, é muito comum também se

^{6 8} A exemplo: a função social de uma casa é ter gente morando. A função social de um prédio é estar em funcionamento. Etc. A função social da propriedade é um direito descrito no Inciso XXIII do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988: “A função social impõe limites ao direito de propriedade, para garantir que o exercício deste direito não seja prejudicial ao bem coletivo. Isto significa que uma propriedade rural ou urbana não deve atender apenas aos interesses de seu proprietário, mas também ao interesse da sociedade.”

⁷ Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/07/02/com-522-mil-mortos-por-covid-brasil-tem-maior-tendencia-de-queda-nos-obitos-desde-novembro.ghtml>. Acesso em 04/07/2021.

utilizar do Jornal A Verdade como base.

De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU), atualizado em julho de 2021 a partir de levantamentos da prefeitura, o déficit habitacional do Rio de Janeiro está na casa de 500 mil moradias.⁸ O CAU mostra, a partir de levantamento da Prefeitura do Rio, que a região central da cidade tem 877 imóveis vazios ou subutilizados⁹. Neste levantamento diz que o Rio tem 1442 pessoas em situação de rua apenas na região do Centro da cidade. Sendo 79,6% negras. 80,7% homens. Isso quando se trata de habitação, mas se as pessoas não têm onde morar, é porque o desemprego também está em alta.

Segundo dados do Mapa da Desigualdade produzido pela Casa Fluminense sobre a Região Metropolitana do RJ: 2 milhões de pessoas se deslocam da sua região para a capital.¹¹ Para se transportar é preciso andar de ônibus, que na capital está custando R\$4,05, em janeiro de 2022, ou o trem que está com um aumento indicado pela SuperVia de até R\$7 para fevereiro de 2022¹⁰. A contradição também está na qualidade oferecida por esta empresa, como podemos ver a seguir em um estudo realizado por Juciano Rodrigues, do Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ)¹¹:

Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostram, por exemplo, que o número de homens que se deslocavam de casa para o trabalho diariamente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) era 37% superior ao de mulheres. (...) A mesma fonte de dados também revela que 32% das pessoas negras levavam mais de uma hora no trajeto diário, enquanto a média para a RMRJ como um todo é pouco mais de 28% e dos brancos é de 26%. (...) Pereira e Schwanen (2012) mostraram que nas áreas metropolitanas do Brasil, os mais pobres gastam em média 20% a mais de tempo do que os mais ricos. No caso da RMRJ, embora, tenha ocorrido uma piora no tempo de deslocamento daqueles situados nos decis superiores de renda, a situação dos mais ricos permanece consideravelmente melhor do que a do resto da população. (RODRIGUES, 2018)¹²

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda no estudo do

⁸ SAMPAIO, Luize. A desigualdade começa em casa: RJ tem um déficit habitacional de 500 mil moradias. Conselho de arquitetura e urbanismo, Rio de Janeiro. 2021. Acesso em: 14/01/2022

(<https://www.caurj.gov.br/a-desigualdade-comeca-em-casa-rj-tem-um-deficit-habitacional-de0-mil-moradias>)
⁹ Schmidt, Selma. De 141 imóveis públicos vistoriados em trecho do Centro, 40% estão vazios ou subutilizados. Jornal o Globo. 2021. Acesso em 14/01/2022 (<https://oglobo.globo.com/rio/de-141-imoveis-publicos-vistoriados-em-trecho-do-centro-40-estao-vazios-ou-subutilizados-25194289>)

¹⁰ Supervia. Reajuste tarifário a partir de 2 de fevereiro de 2022. Rio de Janeiro, 2022. Acesso em 14/01/2022 (<https://www.supervia.com.br/pt-br/noticias/reajuste-tarifario-partir-de-2-de-fevereiro-de-2022>)

¹¹ RODRIGUES, Juciano. Por que a metrópole do Rio tem o pior sistema de transporte do mundo? Observatório das Metrôpoles, 2018. Acesso em 14/01/2022 (<https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/por-que-o-rio-tem-o-pior-sistema-de-transporte/>)

¹² <https://casافلuminense.org.br/mapa-da-desigualdade/> (acesso em: 03/02/2022)

Mapa da Desigualdade, a região da capital concentra as vagas de emprego com remuneração mais alta, isto é, as do trabalhador, formal ou informal branco, que recebe 75% a mais do que os pardos e negros.

Quando você ocupa um prédio com um valor que não poderia ser comprado nem que fosse juntando o salário de todos os ocupantes durante um ano (ou a vida toda), se questiona simbolicamente o valor não daquele prédio, mas o valor dos ocupantes que, justamente, reivindicavam o direito de morar lá. E por isso, o direito do povo pobre morar no Centro da cidade. Indo contra um processo de gentrificação com um “ritual insurgente”, que fará que poder público que prontamente, como se verá mais para a frente, enviará o braço armado do Estado, a Polícia Militar, para o local ocupado. As ocupações fazem movimentações públicas, com expressividade social, tornando os movimentos que produzem sujeitos políticos (CHAVES, 2002). Além disso, devemos tratar dos movimentos por moradia e das ocupações como instrumentos de luta que, além de “rituais insurgentes”, também constroem *dramas sociais*, vejamos por quê.

O “drama social” é um conceito de Victor Turner (1972) que reflete sobre a tensão vivida na vida social, gerando conflitos decorrentes de princípios estruturais contraditórios. Este conceito, segundo Victor Turner, pode ser dividido em quatro fases. A seguir proponho correlacionar cada um destes pontos com o caso que venho analisando, com a finalidade de reconstituir a dimensão dramática das ocupações. O primeiro é a *crise* que, considero, pode ser vista como sendo a própria crise vivida na conjuntura brasileira, enquanto momento de irrupção e ruptura. O segundo é a *ampliação da crise*, que se daria no processo de organização da Ocupação. O terceiro ponto, segundo Turner, é a *regeneração*, que no nosso caso assinala em direção da atuação na ocupação. O quarto ponto, o *rearranjo ou cisão*, joga nosso olhar para o dia a dia na ocupação, a mesa de negociação e o fim da ocupação. Mais adiante, ao longo dos capítulos seguintes, justificarei essas colocações ao abordá-las novamente.

Como já vimos, para as ciências sociais é necessário a exposição das contradições objetivas para se pensar sobre o “drama social”. Neste sentido, a estrutura do capitalismo sendo vivida pelas famílias dos núcleos do MLB são a primeira fase do drama social, conceito de Victor Turner. Expomos na Introdução dados relevantes da realidade do estado do Rio de Janeiro. Para as famílias do MLB essa é a realidade das suas vidas. A segunda fase do conceito de drama social é a chamada “ampliação da crise”. Neste sentido, pode se considerar que esta fase se dá nas reuniões de núcleo do movimento onde acontecem debates

sobre a realidade brasileira a partir de estudos e a construção da ocupação. Isto é, no momento em que se estuda sobre a crise econômica e o sistema capitalista, e seus efeitos no dia a dia dos brasileiros, os militantes passam a entender coletivamente o que sentem na pele cotidianamente. Por exemplo, a alta dos preços no mercado, o desemprego etc. Então, neste caso, o coletivo cumpre um papel importante. De acordo com Marcel Mauss, “anima-se todo o corpo social num só movimento... Este movimento rítmico, uniforme e contínuo, é a expressão imediata de um estado mental em que a consciência de cada um é monopolizada por um só sentimento, uma só ideia alucinante – a da finalidade comum” (MAUSS, 1974: 161 apud Cavalcanti, 2000, p.25). O coletivo dá forma ao que o indivíduo de forma desordenada não consegue garantir. Então, neste momento, as ocupações primeiro são pensadas, planejadas e depois executadas. E isso também é construído a partir das assembleias, que são democráticas e todos têm direito a fala e são incentivados a fazerem o uso da palavra. E desta forma tem como função construir uma opinião coletiva. No capítulo a seguir poderemos ver como isso se dá na prática já dentro do prédio da Ocupação.

CAPÍTULO 2 - EU MORO NA RUA DA ALFÂNDEGA, Nº42

Disse que a “crise” dos dramas sociais de Turner se dava na vivência das famílias e nas reuniões de núcleo. A segunda etapa se dá na “ampliação da crise” que, a meu ver, se trataria da organização da ocupação. A organização começa nos núcleos que oferecem formação política, antecipação das regras, organização das tarefas seja antes da ocupação ou durante. Durante todo o ano de organização é necessário levantar finanças, organizar possíveis fontes de doações, de empréstimos de materiais como o fogão etc. Quando se entra no prédio da Rua da Alfândega existem três prioridades de organização: limpeza, creche e organização da cozinha.

Neste momento, começa a terceira fase, do total de quatro. Esta fase é a chamada “regeneração”, quando os envolvidos, que nesse caso são os ocupantes, se envolvem na realização de ações rituais coletivamente. Isto é, a própria ocupação e a “construção” no seu dia a dia dentro do prédio, e que veremos a partir de agora.

A limpeza do prédio começou no instante em que se entra no prédio e foi até o último dia. O ambiente considerado o mais limpo do prédio foi reservado para as crianças.

Enquanto a unidade funda-se em valores e ideais abrangentes, é através da disciplina orientada por essa unidade de sentido que se busca concretizá-los por meio de ações e eventos implementados com recursos materiais e humanos locais, calcados em interesses de cunho imediato – terra.”

(CHAVES, 2002, p.47)

Na Ocupação Almirante João Cândido todas as refeições eram feitas coletivamente momentos que podem ser vistos como rituais, também. Sendo primeiro, sempre, as crianças. Falando em ritual, antes de apresentar a quarta fase do drama social no próximo capítulo, é necessário justificar o porquê que entendemos que essa Ocupação também se trata de um Ritual Insurgente, conceito desenvolvido inspirado no termo que Aiano Bemfica e Matheus Almeida utilizam no texto *Ocupação Urbana e Despejo: entre o ritual popular e o estatal* (2018).

Neste sentido, o potencial de luta da Ocupação João Cândido mostra que é possível uma alternativa. Por isso, aqui desenvolvo o conceito de ritual insurgente. Este ritual abre um leque de problematização em relação a diversos pontos. Primeiro ponto: o governo do Estado e sua (in)eficiência para sanar problemas da própria moradia, mas em essência problemas do povo pobre, a exemplo do desemprego, do transporte público. Um segundo ponto: a própria sociedade, que por vezes não entende que ocupar de fato é uma ferramenta de luta, e acabam por chamar de “invasão”, mesmo que quem diga sejam os próprios “ocupantes”. Mas com a publicização da ocupação, demonstrando a organização do espaço e a disputa de narrativa entre mídias populares que abrem espaço para este tipo de movimentação e a dita “mídia burguesa” que reforça o estereótipo de invasão, acredito que também é possível disputar a opinião pública. Como terceiro ponto: acredito que por isso seja chamado de “insurgente”, é justamente pelo potencial de luta que historicamente o povo pobre tem. Ou seja, o ritual insurgente não termina em si mesmo. Além de ter efeitos para além do próprio ritual, que afeta a todos que de certa forma participaram, inclusive na conquista da promessa de construção de casas. Seus efeitos externos se prolongam. Neste caso, a repercussão pública, a pressão política e a aspiração a lutar, que pode ter suas forças redirecionadas para outra “pauta”. Como veremos, os integrantes da ocupação participam de outras manifestações como ser os atos pro *impeachment* do atual Presidente da República.

O dia a dia na ocupação

Na manhã seguinte à madrugada que ocupamos, logo cedo já nos preparamos para a primeira assembleia da Ocupação, nós sabíamos que em breve a Polícia Militar apareceria no prédio e para isso precisaríamos estar organizados. As tarefas estavam divididas entre: creche, comunicação e alimentação, limpeza do ambiente, estrutura, que ajudou na ligação das luzes e em encontrar uma cisterna muito larga com 40cm de água. Além de segurança.

Para o almoço conseguimos garantir, por meio de doações, quentinhas. Logo após a refeição, a coordenação nos informou que a polícia estava na porta e que estavam fazendo a negociação com os advogados e a coordenação do movimento, entretanto havia interesse da polícia em fazer o despejo das 150 famílias que ali estavam (Fonte: Jornal A Verdade). Em decorrência dessa ameaça nos preparamos, deixando as pessoas mais velhas e crianças em outro andar. E a juventude pronta para fazer o enfrentamento no primeiro andar. Era nítido que essa não era a melhor opção para os ocupantes, mas estar preparados para essa possibilidade era importante. Concomitantemente, diversas pessoas eram convocadas para o lado de fora do prédio para uma vigília e diversas páginas nas redes sociais faziam transmissões ao vivo para denunciar. Mais tarde fomos informados, por meio de uma assembleia, que foi feito “um acordo”. Não aconteceria o despejo dentro do prazo de três dias, para ser possível viabilizar uma reunião com os responsáveis interessados, sobre o que falaremos mais à frente. Além disso, tinha sido acordado com o responsável da polícia que os ocupantes teriam livre acesso para entrar ou sair do prédio. Entretanto, “acidentalmente” isso não foi repassado na troca de turno entre os PMs, então quem saísse do prédio era vetado de voltar. Os únicos que tiveram livre acesso, após muita pressão, foi uma pequena comissão da coordenação.

A rotina se dava em acordar, geralmente, às 7:30 da manhã quando acontecia a alvorada. Às 8:30 estava marcada uma assembleia. Todos os informes sobre as comissões criadas anteriormente e suas necessidades eram faladas. Também o informe sobre a situação jurídica da ocupação. A assembleia acontecia no saguão principal, que estava irreconhecível após a limpeza do espaço. Ao meio-dia começa a 2ª centralização política do dia, isto é a assembleia. Para informar, debater entre todos e todas as ocupantes e votar se seria permitido a entrada de assistentes sociais da prefeitura do Rio de Janeiro para cadastrar as famílias. Com a entrada das assistentes sociais as famílias se organizaram em uma fila longa que ia até a área externa, o que chamamos de “área de serviço”, sendo exemplo também, de um outro ambiente que também se tornou irreconhecível após a atuação das famílias. Nas mesas do centro do saguão estavam as assistentes sociais. Junto da entrada dessas assistentes outras pessoas entraram. Alguns ocupantes “clandestinamente” conseguiam entrar junto com suprimentos durante os dias, quando não eram pegos pelos policiais e tinham que sair novamente do prédio. Neste momento teve a entrada de parlamentares. Alguns militantes ficaram destacados para poder acompanhar essa visitação, não só deles, como do Secretário de Obras do Estado do Rio de Janeiro. Percebemos também a presença de fotógrafos

profissionais, além de pessoas que não pareciam ter nenhuma função. Só ficavam estrategicamente posicionados vendo o ambiente todo, em silêncio. Antes de finalizar os cadastros de todas as famílias, o Secretário de Obras do Estado do Rio de Janeiro pediu para que as assistentes sociais se retirassem, finalizando esta etapa e todos foram embora.

No dia seguinte às 9:30 começa a primeira assembleia do dia. No dia anterior, a comissão da estrutura percebeu uma infiltração, havia o receio de contaminar a cisterna que abastecia a ocupação. Por isso, houve a necessidade de mudar o banheiro que estava sendo utilizado do 2º para o 3º andar. Constantemente parabenizavam a coragem dos que permaneciam dentro da ocupação e nos mantermos ali dentro, mas que a única forma de manter isso era pela convicção das pessoas, em acreditar que a luta era justa e valia a pena, pois a coordenação não obrigaria ninguém a ficar. “O tijolo que sai do nosso muro que nos protege pode derrubar o muro inteiro” foi uma das falas da coordenação. Foi falado sobre o prédio que estávamos ocupando e sua importância histórica. Era a nossa fortaleza. Foi proposto uma coordenação interna da ocupação. As famílias concordaram e então foi eleita a coordenação da ocupação. Foi lembrada a história do MLB: “nós somos como uma linha de DNA, que passa de avô para filho, e assim, para neto”. Ou seja, reivindicando que havia experiência em ocupações, com vitórias e derrotas. Reforçando a confiança dos ocupantes no movimento. Em questão de encaminhamentos foram definidas duas assembleias diárias, uma às 9h da manhã e outra às 21h. E horários de alvorada e toque de recolher, respectivamente, às 7:30 e 22h. E finalizamos a assembleia com uma salva de palmas e palavras de ordem.

Apresentação do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres

No dormitório do terceiro andar foi organizada uma reunião de apresentação do Movimento de Mulheres Olga Benário com cerca de 51 mulheres e dois bebês de colo. Na reunião de apresentação, primeiro foi lido um capítulo da cartilha do movimento e em seguida um debate em que todas poderiam comentar. O debate foi iniciado com um relato de uma mulher que mora em outra ocupação que tem presença do MLB e veio para a ocupação João Cândido para apoiar. As falas continuaram denunciando a existência do racismo, do machismo. Além de relatar o acolhimento que as mulheres sentiram pelo movimento quando se tratava em dar atenção aos sentimentos, às dores, filhos, foram diversas nesse sentido que causou muita emoção às que falavam e ouviam. Mesmo com as diferenças entre as famílias e os pequenos conflitos que por vezes surgiam, o sentimento de união prevalecia nas falas. A importância da creche foi muito ressaltada, sobre como isso também contribuía contra a

violência contra a mulher, e também como isso ajudava para ter tempo de executar tarefas da ocupação ou descansar. Para finalizar, uma companheira diz que “Somos movidas por indignação, mas também de amor, de que é possível mudar a realidade.”

O dia seguiu até a última assembleia, onde foi lembrada a reunião de segunda-feira entre o governo do estado e uma pequena comissão da coordenação na Mesa de Negociação. Ao final da assembleia, teve a apresentação do Movimento Negro Perifa Zumbi presente na ocupação. Primeiro apresentaram a história do Almirante Negro João Cândido que, após ser votado em assembleia, outorga o novo nome da Ocupação. Após a grande repercussão da Ocupação, a família da menina homenageada, que havia dado a permissão, pediu para que o nome fosse retirado. E assim foi feito pelo MLB. Por fim, duas palavras de ordem fecharam a assembleia e apresentação: “Povo negro unido que faz ocupação, vem para o Perifa para fazer revolução.” logo em seguida, a palavra de ordem do MLB.

O dia da reunião da Mesa de Negociação

Cerca das 9:30 da manhã começa a 1ª assembleia do dia, com a presença de um deputado estadual. Foi reforçado o como a reunião da mesa de negociação era tão importante. Às 11:30, a necessidade de concentração sob a vigília que acontecia do lado de fora e as atividades que aconteceriam do lado de dentro.

Às 11h, do lado de fora do prédio, conquistando a Rua da Alfândega, pessoas de diversos partidos, movimentos sociais, entidades, prestavam solidariedade. No início, no 3º andar, as pessoas se revezavam na janela para ver a multidão na rua. As falas eram revezadas entre o 3º andar com um megafone e o térreo com uma caixa de som com diversas participações. Por volta das 13h, o ato foi finalizado para as famílias poderem almoçar as quentinhas doadas. Na parte da tarde, a tensão era por aguardar o fim da reunião.

Às 18h começou a tão aguardada assembleia, que antes era feita de megafone, dessa vez foi utilizada caixa de som, para que quem ainda estivesse na vigília também pudesse escutar. Apontam que no acordo proposto pelo governo, nós não poderíamos ficar no prédio. Entretanto, eles possibilitaram reformar um prédio no Centro da cidade do Rio de Janeiro para as 150 famílias do MLB. Nesta mesa de negociação estava o secretário municipal de habitação, o vice-prefeito, o presidente da FAPERJ e três pessoas da coordenação do MLB. Ainda na assembleia, a coordenadora diz “sabemos que temos experiência de outras ocupações, mas sabemos que os companheiros não tinham o MLB antes”. No 1º dia de ocupação foi aberta a mesa de negociação. Com atenção e serenidade era colocado para as

famílias que o secretário pedia a desocupação. “Nós sabemos que esse acordo é bom, porque a gente sabe que essas famílias não darão paz”, “as famílias do MLB deram um grande passo para conquistar sua casa no Centro. Esse governo que odeia pobre foi obrigado a sentar na mesa com a gente. Governo é igual feijão, só funciona na pressão”. Todas as perguntas estavam sendo respondidas. Uma das falas disse “Podemos mudar a nossa realidade se nos convenceremos de que é possível ter isso em diversos espaços, não só a luta pela casa. É possível fazer uma revolução.” Foi repassado o calendário de lutas pelo “Fora Bolsonaro”, a importância de no dia seguinte se manter a rotina e após isso foi votado. Por unanimidade as famílias decidiram desocupar o prédio e aceitar o acordo com o Estado. Às 20:20 da noite, finaliza a assembleia tão esperada. Quase como se fosse combinado, as crianças desciam as escadas cantando: “A estrela do céu que brilha é o Che e viva as crianças do MLB”. Sentaram-se para jantar e até a hora da refeição, aquela mesa cantou muitas palavras de ordem.

CAPÍTULO 3 - E O PROGRAMA REVIVER CENTRO RESSUSCITA O QUE?

Neste momento utilizarei principalmente o estudo lançado pelo Observatório das Metrópoles (2021) que traz pontos sobre o Programa Reviver Centro da Prefeitura do Rio de Janeiro, que valem a reflexão. A Ocupação Almirante João Cândido também teve como objetivo questionar aquilo que desde o princípio da história do Brasil deveria ter sido questionado. A área do porto, que fica no centro da cidade, foi palco da maior leva de pessoas negras escravizadas vindas do continente africano. Entre os séculos XVIII e XX, sendo Rio de Janeiro a capital do Império-país, o Centro se constitui como residência da nobreza, casas do governo, mas também residia ali a contradição: sendo local de resistência e também moradia dos mais pobres. Ali buscavam uma forma de se sustentar e moravam nos cortiços.

Ao longo do século XX este cenário já foi se alterando: a nobreza já não residia ali. Consequentemente, a área foi sendo abandonada pelos governos. Mas os mais pobres seguiam com seus cortiços, inclusive, criando a primeira favela do Brasil: o Morro da Providência, além de ocupações de imóveis vazios e abandonados e por décadas esse foi o cenário do centro do Rio de Janeiro. No século XXI a região central voltou a chamar atenção, não só do governo, mas, na verdade, do mercado imobiliário que vê potencial de lucro no local. O objetivo é pôr em prática aquilo que já acontece em outros países: um processo de gentrificação, mas que por eles será chamado de revalorização ou revitalização.

O conceito de gentrificação é permeado por um caráter denunciante, que evidencia a expulsão de antigos usuários do local enobrecido. (...) A ideia de revitalização significa reviver, levar vida, o que simbolicamente implica no desprezo pelos valores culturais da área a ser enobrecida. (VIEIRA, 2013, p. 330)

Eduardo Paes volta à prefeitura do Rio de Janeiro e com ele novamente a tentativa de “revitalização” do Centro com o projeto chamado Programa Reviver Centro, que se consolida no Projeto de Lei nº 11/2021. Para o Observatório das Metrópoles a partir do Programa Reviver Centro, ele é descrito assim:

O Programa Reviver Centro, em síntese, tem por objetivo incentivar o uso habitacional na região central, promovendo a mistura social com a residência de populações de diferentes rendas. Para alcançar este objetivo, o programa prevê a implementação de vários projetos e mudanças na legislação que visam viabilizar economicamente empreendimentos residenciais. Nos termos de sua justificativa: “(...) a proposta prevê, entre outras medidas, incentivos fiscais e edícios e permissões de novos usos para fomentar a construção de moradias e o retrofit de prédios comerciais, convertendo-os em edifícios de uso residencial ou misto. O projeto inclui também a concessão de benefícios a quem aderir ao programa de Locação Social, com público-alvo de estudantes universitários, estudantes cotistas e servidores públicos; além de regras para o programa Moradia Assistida, que visa a atender com moradia temporária pessoas em vulnerabilidade social. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2021)

Aqui vamos nos ater principalmente aos pontos que intensificam o processo de gentrificação e sobre a questão da moradia popular. Este Programa está desarticulado de outros que já existem como, por exemplo, do próprio Projeto Porto Maravilha que investiu em infraestrutura em outra região do Centro. O Reviver Centro optou por abranger o que chamam de II Região Administrativa (que exclui o Morro da Providência, Caju, Santo Cristo, Saúde e Gamboa), áreas majoritariamente de uso habitacional. Outro projeto com o qual o programa não se relaciona é o Plano de Habitação de Interesse Social da Região Portuária, aprovado em 2015, também no mandato de Eduardo Paes. Além disso, o Programa da Locação Social, incluso na Política Habitacional do Município.

Cabe aqui neste momento ressaltar o caráter de classe que esse Programa Reviver Centro traz. Primeiro, a inabilidade da Prefeitura do município do Rio de Janeiro e o Governo do Estado em tratar com outros setores populares interessados neste programa que muito teriam a contribuir, incluindo os movimentos de luta por moradia e moradores da região dos cortiços, por exemplo. Em segundo lugar, novamente, na cidade do Rio de

Janeiro, a região portuária está sendo vendida para as empresas privadas que terão seus lucros obtidos em cima de um investimento público, enquanto os primeiros ocupantes da região não terão seus direitos garantidos. Isto é, o Programa tem como objetivo atrair a classe média e mesmo que não haja remoções diretas, acontecerão remoções indiretas que contribuirá para o processo de gentrificação da região. Expulsando para as periferias aqueles moradores que ainda resistem morando no centro da cidade e que muitas vezes trabalham no Centro. Isso com base no Programa que não delimita nem expõe com detalhes preciosos de como aconteceria a moradia popular na região. Em suma, o que esse Programa parece apresentar é que os mais pobres devem vir para o Centro somente para trabalhar. A moradia para os mais pobres permanece sendo nas periferias e principalmente na Baixada Fluminense. Enquanto a área central fica reservada para as empresas e para as classes médias. Nas palavras do prefeito: “A área vai ficar um brinco”, disse Eduardo Paes (PSD) para o grupo de empresários milionários do Rio.” (Jornal A Verdade, 2021).¹⁹

O último dia de Ocupação

O último amanhecer da ocupação João Cândido foi mais barulhento. Os pertences coletivos e individuais já estavam sendo desmontados e organizados para facilitar o transporte. Além disso, a cisterna que era nossa única fonte de água já estava quase vazia. O balde que antes vinha pesado e cheio ao ser puxado por uma corda, agora vinha pela metade com um certo esforço, e dessa vez com sedimentos, sinal de que o fundo estava sendo remexido. No sentimento mais geral das pessoas, me parecia que existia uma certa urgência em sair de lá para retomar de alguma forma o seu cotidiano, que variava muito entre as famílias. Algumas, inclusive, não tinham nem para onde ir, porque de fato, não têm lugar para morar, nem de favor. Mas esses casos foram sendo acompanhados pela coordenação do movimento. Foi feita a última assembleia da Ocupação, dentro do prédio para passar as orientações de saída do prédio e os próximos passos da luta, de maneira bem breve. Após esse momento, começou a “mudança” da ocupação.

Para mim, eu olhava e tentava gravar mentalmente todos os cantos do prédio, até porque este também foi o lugar com o pé direito mais alto no qual já dormi na minha vida. O terraço era um verdadeiro ponto turístico, pela vista impressionante. Olhei pela última vez para o saguão principal, que já esteve completamente imundo de poeira e retalhos de obra e agora, após dias de trabalho coletivo, já estava vazio e limpo. Os armários improvisados da cozinha, já não estavam cheios de alimentos. Então, os militantes da luta por moradia popular

marcando a história do Rio de Janeiro. Viram os portões do prédio, que por quase cinco dias fora a sua casa, ser trancado por correntes prateadas grossas e cadeados dourados, pelo “responsável” por aquele prédio. Meses mais tarde passando pelo portão do número 48 da Rua da Alfândega no Centro do Rio de Janeiro e dando uma espiada pelo buraco que passava a corrente que trancava o portão, para matar a saudade e relembrar esses momentos, levei um susto, mas não poderia esperar menos: agora há vigilantes constantes lá dentro.

Desta forma, encaro a quarta fase do drama social, sendo neste caso o rearranjo da organização, a partir de uma nova coordenação da ocupação eleita em assembleia, que coordenará os próximos passos até a conquista dos que lhes foi prometido. O governo do Estado não permitiu que os ocupantes se mantivessem no prédio. Ao mesmo tempo, sair com um acordo para que 150 casas sejam construídas, é muito importante. A meu ver, o cenário é “pior” para o Governo do Estado, que agora precisa fazer valer sua “palavra de honra”, a partir de uma pressão popular que foi feita. Quanto aos ocupantes, dessa forma, têm algumas opções até a entrega das chaves das casas que serão construídas: e vejo que todas se encaixam na fase dois do drama social: ampliação da crise. Isto é, retorno das reuniões de núcleo, manifestações de rua e novas ações para reivindicar o cumprimento do acordo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como espero ter demonstrado ao longo das páginas anteriores, podemos considerar a Ocupação Almirante João Cândido como um *drama social*, no sentido proposto por Victor Turner, com as quatro fases identificadas pelo antropólogo. Mas um drama social que ainda não finalizou, já que as casas ainda não foram construídas, e por isso ainda pode retornar para outras etapas. Por isso, também considero como ritual insurgente, enquanto ocupação urbana, que cumpre um papel fundamental: primeiro, por seu caráter de denúncia e disputa de narrativa, em questão midiática, e de pressão sob o governo do Estado, questionando o Programa Reviver Centro e seus objetivos. Segundo, de formação política para os envolvidos, além de incitar a capacidade de luta para outras pautas necessárias. Em terceiro, este ritual insurgente também levanta o debate sobre o direito à cidade, tornando o assunto na pauta do dia para diversas pessoas que perpassaram, de alguma maneira, sobre a Ocupação.

Esta monografia não tem a intenção de trazer uma conclusão fechada. Pelo contrário, acredito que ela abre portas para novas possibilidades de pesquisa sobre a questão urbana, visando identificar alternativas para a moradia popular. Espero assim, poder continuar me aprofundando no tema, em outras etapas da minha formação como cientista social, como ser

o mestrado e doutorado, e poder trilhar um caminho para a construção de novas políticas públicas que sejam justas e pensem nos mais pobres, que considerem, de fato, quem constrói a cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENFICA, Aiano. ALMEIDA, Matheus. Ocupação urbana e despejo: entre o ritual popular e o estatal. Ponto Urbe, nº23, 2018. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/5686> 15/01/2022>

CASA FLUMINENSE. Mapa da Desigualdade: Região metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>> Acesso em: 11/02/2022

CAVALCANTI, Maria Laura. Drama Ritual e Performance em Victor Turner. Sociologia antropológica. V. 03 06: 411-440, Rio de Janeiro, 2013.

CHAVES, Christine de Alencar. A Marcha Nacional dos Sem Terra: um estudo sobre a fabricação do social. UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, Rio de Janeiro, 2000.

FIDALGO, Tarcyla. TERRA, Beatriz. JUNIOR, Orlando Santos. Reviver o Centro. Para quem? Análise preliminar sobre o programa apresentado pela prefeitura do Rio de Janeiro. Observatório das Metrôpoles. 2021. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/reviver-o-centro-para-quem-analise-preliminar-sobre-o-programa-apresentado-pela-prefeitura-do-rio-de-janeiro/>> Acesso em: 08/02/2022

FRAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Cadernos de campo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

JANONE, Lucas. Número de empregos cresce pelo oitavo mês consecutivo aponta Caged, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/numero-de-empregos-no-rio-cresce-pelo-oitavo-mes-consecutivo-aponta-caged/>> Acesso em 14/01/2022

MOREIRA, João Vitor de Freitas. Ensaios metodológicos em antropologia engajada. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 414-421, 2019.

RAMOS, Lécio. FAPERJ ganha sede própria. FAPERJ, 2014. Disponível em: <<http://www.faperj.br/?id=2736.2.9>>. Acesso em: 04/07/2021.

RODRIGUES, Juciano. Por que a metrópole do Rio tem o pior sistema de transporte do mundo? Observatório das Metrópoles, 2018. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/por-que-o-rio-tem-o-pior-sistema-de-transporte/>> Acesso em 14/01/2022

SAMPAIO, Luize. A desigualdade começa em casa: RJ tem um déficit habitacional de 500 mil moradias. Conselho de arquitetura e urbanismo, Rio de Janeiro. 2021. Acesso em:14/01/2022

(<https://www.caurj.gov.br/a-desigualdade-comeca-em-casa-rj-tem-um-deficit-habitacional-de-500-mil-moradias/>)

SUPERVIA. Reajuste tarifário a partir de 2 de fevereiro de 2022. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://www.supervia.com.br/pt-br/noticias/reajuste-tarifario-partir-de-2-de-fevereiro-de-2022>> Acesso em 14/01/2022

VIEIRA, Marina Cavalcante. “Revitalização” da Praça XV: Contradições das políticas de Gentrificação da Cidade do Rio de Janeiro. Cidades e Patrimônios Culturais. nº329, 2013.

GLOBO, RJ tem a pior taxa de desemprego da região sudeste, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/01/rj-tem-a-pior-taxa-de-desemprego-da-regiao-sudeste.ghtml>> Acesso em: 14/01/2022

GLOBO, Com 522 mil mortos por Covid, Brasil tem maior queda na média móvel de óbitos desde novembro. Globo, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/07/02/com-522-mil-mortos-por-covid-brasil-tem-maior-tendencia-de-queda-nos-obitos-desde-novembro.ghtml>> Acesso em 04/07/2021.

A VERDADE, Famílias sem teto criam a ocupação Kathlen Romeu no Centro do Rio. A Verdade, 2021. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2021/06/familias-sem-teto-criam-a-ocupacao-kathlen-romeu-no-centro-do-rio/>>. Acesso em: 04/07/2021.